

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Ao vigésimo oitavo dia do mês de novembro de dois mil e dezenove, na Rua São
2 Bento, 405, Auditório do 15º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP realizou-se a
3 34ª Reunião Extraordinária. Pauta do dia: **01)** Comunicações Gerais; **02)**
4 Apresentação da devolutiva da minuta de ajustes da Lei de Parcelamento, Uso e
5 Ocupação do Solo – LPUOS. **03)** O Presidente, Sr. Fernando Chucre, declarou aberta a
6 sessão às 15h05min, agradecendo a presença de todos e passou a palavra para a
7 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca. **04)** A Secretária Executiva do
8 CMPU com relação às comunicações gerais informou a prorrogação por mais 15 dias do
9 prazo para indicações à CTLU e CPPU devido às inscrições que foram entregues,
10 contrariarem o parágrafo único do art. 17 do Decreto nº 56.268/2015, o qual dispõe:
11 “O mandato será de 2 (dois) anos, sendo permitida apenas uma única recondução”,
12 mencionou que somente houve a apresentação de duas candidaturas, a da Sra.
13 Mariana Ferraz Kastrup, do “Viva Pacaembu por São Paulo”, que está em ordem,
14 e candidaturas do Setor Empresarial, mas deste todos os apresentados já foram
15 reconduzidos, portanto não são passíveis de aprovação e reiterou a importância da
16 participação de todos. **05)** O Presidente comentou que tentará contato diretamente
17 com os setores para ver se estimula as inscrições, pois ainda não foram atingidos os
18 números mínimos de inscritos. **06)** A Secretária Executiva do CMPU passou para o
19 próximo item de pauta, sendo a apresentação da devolutiva da minuta de ajustes da
20 Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS e franqueou a palavra para a
21 Sra. Rosane Cristina Gomes, Coordenadora da Coordenadoria de Legislação de Uso e
22 Ocupação do Solo (DEUSO). **07)** A Sra. Rosane Cristina Gomes iniciou a apresentação
23 da etapa devolutiva de uma proposta de revisão parcial da Lei de Parcelamento, Uso e
24 Ocupação do Solo – LPUOS, demonstrando um pequeno panorama do trabalho que
25 está sendo feito, onde identificou que a participação social vem ocorrendo desde 2017
26 quando houve uma abertura de diálogo com o CMPU e as consultas públicas de
27 diretrizes e sistematização e no final de 2018 com a apresentação de uma primeira
28 minuta que ficou disponível em audiência pública. Em 2019 esse assunto voltou ser
29 tratado na Secretaria, para discutir uma sistematização da minuta e apresentação da
30 segunda proposta e que serão realizadas as audiências devolutivas para
31 encaminhamento da proposta à Câmara. Esclareceu que as principais diretrizes dessa
32 minuta que está sendo apresentada são seguindo os conceitos e princípios do Plano
33 Diretor Estratégico, não havendo alteração de território e mapas da lei de zoneamento,
34 mas tem como objetivo solucionar casos omissos, bem como esclarecer dúvidas
35 recorrentes da aplicação da legislação e o seu aperfeiçoamento. Em seguida pontuou o
36 conteúdo abordado na minuta, onde se diz respeito a solucionar dúvidas da aplicação
37 da legislação nas questões de (i) fachada ativa; (ii) fruição pública; (iii) cota ambiental
38 - vinculada com o incentivo à requalificação e a reforma das edificações existentes; (iv)
39 transferência do direito de construir; (v) dos imóveis localizados na ZEPEC BIR; (vi)
40 parcelamento do solo - mais especificamente com relação à abertura de vias; (vii)
41 recuos; (viii) ocupação incentivada ou condicionada relacionadas a escolas, hospitais;
42 (ix) classificação de usos - basicamente terminais de ônibus; (x) classificação de uso da
43 questão de indústrias; (xi) polo gerador de tráfego – conflito quando se tem mais de
44 uma atividade em um só imóvel e, às vezes, ele deixa de ser classificado como polo

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

45 gerador de tráfego; (xii) melhoria nas condições de reforma e fiscalização de ruídos;
46 (xiii) modulação da altura dos gabaritos nos miolos de bairros, nas zonas de
47 centralidade e nas zonas mistas; (xiv) ampliação do número máximo de vagas nos
48 eixos de estruturação, apenas para uso residencial; (xv) alargamento de calçadas
49 através da permissão de gravação de faixas não edificáveis conjuntamente; (xvi) a
50 incorporação do edifício conceito na cota ambiental; (xvii) requalificação da edificação
51 existente como uma modalidade de reforma (essa proposta já estava no Código de
52 Obras); (xviii) melhor aproveitamento da área dos clubes sociais existentes e extintos;
53 (xix) ampliação dos incentivos para produção de Habitação de Interesse Social da faixa
54 1; (xx) proposta de adesão voluntária da cota de solidariedade - permitir a aplicação
55 do instrumento em empreendimentos com menos de 20.000m² de área computável e;
56 (xxi) novas regras para utilização de potencial construtivo adicional adquirido e não
57 utilizado. Comentou que com relação a esta minuta não foi abordada nenhuma
58 proposta de (i) desconto de outorga onerosa do direito de construir; (ii) aumento da
59 cota parte máxima nos eixos de estruturação; (iii) ampliação do direito de protocolo;
60 (iv) ampliação dos incentivos aos complexos de saúde; (v) estacionamentos existentes
61 como categorias de imóveis não edificados subutilizados, isso para permitir a ampla
62 aplicação da PEUC; (vi) atividades que são isentas de lote máximo como prevista na
63 proposta inicial; (vii) isenção do atendimento de cota ambiental para os imóveis
64 certificados; (ix) prorrogação do desconto de 25% da cota ambiental e; (x) alterações
65 relacionadas a ZERs e ZCORs. Continua sua apresentação destacando os pontos mais
66 polêmicos, tais como: (1) a questão da verticalização. Hoje na Zona Mista o gabarito é
67 28m de altura e a proposta é para que passe para 48m de altura em vias com largura
68 superior a 12m. Na Zona de Centralidade hoje o gabarito é 48m e a proposta é para
69 que passe para 60 m também em vias com largura superior a 12m. (2) Com relação às
70 vagas de garagem a proposta é para que, alternativamente, se tenha ou uma vaga de
71 garagem por unidade, como é hoje na legislação ordinária, ou, uma vaga a cada 60m²
72 computáveis da unidade, o que daria um aumento de mais ou menos de 10 vagas em
73 um empreendimento do mesmo porte; (3) Habitação de Interesse Social como é hoje
74 60% nas ZEIS tem que ser obrigatoriamente para HIS 1. A proposta é que se o
75 empreendedor, tanto público como privado, quiser fazer 80% das unidades destinadas
76 a HIS 1 ele ganha mais 20% de área não computável, desde que esses 20% sejam
77 também destinados à habitação de interesse social da faixa 1. (4) Cota de
78 solidariedade é obrigatória para edificações com mais de 20.000m² de área
79 computável – a proposta é que independentemente da área do empreendimento, ele
80 possa doar 10% do valor do terreno calculado com base no quadro 14 do PDE ao
81 FUNDURB, em uma conta vinculada especificamente para a produção de habitação de
82 interesse social e com isso ganhará o mesmo benefício que o empreendimento de mais
83 de 20.000m² de área computável ganha, ou seja, 10% de área computável que é
84 objeto de outorga onerosa tanto na modalidade atual como na modalidade proposta.
85 (5) A doação de calçadas é obrigatória em algumas situações pela legislação atual, de
86 modo que o alargamento da calçada se mantém obrigatório, mas pode ser substituído
87 por uma servidão gravada no registro de imóveis, mas ao optar por uma servidão ele
88 não ganha os benefícios da doação previstos em lei. Prosseguiu ressaltando que foram
89 pontos excluídos da proposta: 1. O desconto de outorga onerosa pelo fato do

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

90 FUNDURB ter tido uma grande arrecadação; 2. A cota parte máxima de terrenos por
91 unidades nas zonas de estruturação não será alterado, uma vez que o mercado já tem
92 se comportado na produção de unidades menores e então não sendo justificativa para
93 alterar a cota parte para 30m² que era a solicitação anterior. **08)** O Presidente abre
94 para debates e questões referentes à apresentação da devolutiva da minuta de ajustes
95 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS. **09)** A Sra. Sandra
96 Ramalho, titular do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT questionou
97 sobre como que será feito o alargamento das calçadas, qual é o controle que se terá
98 desse alargamento e a qual lei estarão submetidos para que se faça isso. **10)** O
99 Presidente esclareceu que não há mudança no instrumento e que é apenas uma forma
100 de deixar o processo mais operacional visto que as incorporadoras têm necessitado de
101 06 a 10 meses para a aprovação na Prefeitura e para ser também uma forma de
102 incentivar o setor privado a fazer essa doação à Prefeitura. Em réplica a Sra. Sandra
103 Ramalho demonstrando dúvidas ainda acerca do instrumento e pediu um novo
104 esclarecimento, interrogando se a pessoa doa quando ela não consegue fazer. **11)** Em
105 seguida a Sra. Rosane Cristina Gomes explicou o instrumento de alargamento de
106 calçada, deixando claro que a doação ocorre quando irá construir em um lote que é
107 exigida a doação de alargamento da calçada para que fique com 5m de largura,
108 doando assim a diferença do existente. Porém o entrave está para aqueles municípios
109 que compraram o terreno, mas o mesmo foi financiado, e, então como o imóvel não é
110 dele, ele não pode fazer a doação, motivo pelo qual gravará a calçada com uma
111 servidão a qual será registrada no Cartório de Registro de Imóveis, de modo
112 que aquela área passará a ser utilizada como calçada, sendo, pois, essa a intenção da
113 legislação. **12)** A Sra. Danielle Cavalcanti Klintowitz titular do Instituto de Estudos,
114 Formação e Assessoria em Políticas Sociais - PÓLIS mencionou que havia tido um
115 compromisso da Municipalidade apresentar essa minuta na CPPU e na CTLU antes de
116 encaminhar para a consulta pública e comentou que isto não ocorreu. E referente à
117 apresentação comentou que várias alterações que foram feitas vão ao encontro das
118 diretrizes do PDE, a saber: (i) aumento do número de vagas de garagem; (ii) liberação
119 do miolo de quadra; (iii) estímulo que a cota de solidariedade seja doada em dinheiro e
120 não em terreno em área bem localizada. Há também uma das diretrizes importantes
121 do PDE que é desestimular o adensamento nos miolos de quadra e estimular
122 justamente nos eixos de grande mobilidade e com relação ao número de vagas de
123 garagem a mesma coisa. De modo que, na verdade a proposta está mudando os
124 princípios, os conceitos, e diretrizes do PDE. A representante comentou ainda sobre a
125 questão da cota da solidariedade que no PDE acabou sendo aprovado que uma parte
126 da cota pudesse ser doada em dinheiro, o que foi uma perda e agora se estimula que
127 tenha mais doação em dinheiro e menos em terreno, o que é mais necessário é termos
128 terrenos bem localizados para a construção de HIS. Portanto a representante explica
129 que a minuta está mudando diretrizes, e que isso é uma irregularidade devido a Lei de
130 Zoneamento não poder mudar uma lei complementar. **13)** O Presidente comentou que
131 basicamente foram feitas duas alterações na lei. A primeira questão de vaga que
132 aumenta de 50m² para 60m², porém no mesmo projeto de lei foi retirado o uso
133 incentivado de estacionamento, essa proposta foi feita baseada em estudos dos
134 projetos que são licenciados e aprovados e como eles são vendidos. Com relação ao

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

135 adensamento do miolo de quadra, não está sendo alterado o coeficiente de
136 aproveitamento de nenhuma zona de uso, é apenas verticalização. Será apenas um
137 aumento de área construída se for pensar que nos pavimentos adicionais o interessado
138 poderá fazer doze pavimentos e não mais apenas oito pavimentos, dessa forma nos
139 quatro pavimentos adicionais ele tem as vantagens do não computável em cada laje.
140 Ainda em questão dos miolos de bairros tem os empreendimentos no eixo que
141 possuem diversos incentivos e as empresas estão procurando muito por essas
142 localizações nos eixos, o que está gerando uma hiper valorização das unidades
143 habitacionais, do preço do m² nesses lugares e que além do adensamento estamos
144 trazendo faixa de renda média alta para onde tem transporte público. Então por isso
145 tem duplo motivo o gabarito, o aumento da competitividade de outras regiões e dos
146 miolos de bairros com esses eixos. E com relação à cota de solidariedade nós não
147 alteramos o que está na lei, os empreendimentos com mais de 20.000m² continuam
148 obrigados a doar a cota de solidariedade, mas para os empreendimentos com menos
149 de 20.000m² poderão aderir à cota de solidariedade, mas somente na opção em
150 dinheiro, o que se deve em razão do fato de que são empreendimentos menores e
151 fazendo a relação m² construído vezes 10% do terreno, não dará uma metragem
152 necessária para construção de unidades habitacionais, de modo que o recurso irá em
153 conta separada para o FUNDURB e que irá financiar, exclusivamente, habitação de
154 interesse social. **14)** A Sra. Simone Ferreira Gatti titular do Instituto de Arquitetos do
155 Brasil – Departamento São Paulo – IAB-SP leu uma carta redigida por sete cadeiras
156 representantes da Sociedade Civil deste Conselho, onde a questão não é o mérito, mas
157 a forma e o porquê está sendo considerada esta proposta de revisão do zoneamento
158 neste momento. E pediu que constasse em Ata a carta. (ANEXO I). **15)** A Sra. Maria
159 Aparecida Magrini titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Oeste
160 comentou que possui três questões que já foram abordadas, mas que restaram
161 dúvidas. A primeira seria em relação do que se trata a servidão, quando alterada, ela
162 será colocada como definitiva, por que a servidão pode ser levantada no futuro? O
163 segundo ponto foi em relação ao gabarito, onde questionou a fala do Presidente em
164 que ele menciona a possibilidade de construir por exemplo, mais quatro andares sem
165 alterar o adensamento e a representante questiona então essas quatro famílias que
166 irão ocupar esses novos pavimentos, se isso não alteraria então o adensamento. E a
167 terceira questão é em relação à doação que é revertida para o FUNDURB, o qual por
168 sua vez tem uma cota de 30% para compra de terrenos que foi alterada, então com
169 isso aumenta a arrecadação do fundo, mas não destina efetivamente para o uso de
170 interesse social, então a representante questiona se há uma vinculação na lei que
171 possibilite esta destinação correta. **16)** A Sra. Rosane Cristina Gomes em relação à
172 servidão, esclareceu que se trata de uma servidão definitiva, obrigatoriamente
173 gravada, e que é um procedimento administrativo, porém não está escrito na lei que
174 para doação será lavrada uma escritura de doação, posteriormente registrada no
175 Registro de Imóveis e que essa área passa para o Município de São Paulo, portanto é
176 uma forma de formalização do instrumento. **17)** O Presidente respondeu em relação à
177 questão do adensamento e o gabarito, que em sua fala anterior mencionou
178 “pavimento” e que o melhor termo seria “unidade” já que a proposta não é aumentar o
179 adensamento e sim modificar o desenho deste edifício, e mencionou um exemplo de

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

180 que “em um terreno de 1.000m² o proprietário consegue colocar 50 unidades
181 habitacionais de dois dormitórios naquele lote, a diferença é que ao invés de colocar
182 50 unidades em um edifício de oito andares, ele irá colocar no edifício de dez ou doze
183 pavimentos, conforme o gabarito estabelecido e a largura mínima de 12m da rua na
184 frente do lote”, portanto o adensamento não será alterado, apenas a forma de
185 implantação e de desenho do edifício. Já com relação ao FUNDURB, comentou que
186 será criada uma conta separada para receptionar o dinheiro da cota de solidariedade
187 que só poderá ser utilizada para habitação de interesse social, portanto essa receita
188 não poderá ser calculada na regra geral do fundo, de modo que 100% desses recursos
189 irão para habitação de interesse social. **18)** O Sr. André Delfino da Silva suplente do
190 Movimento Defesa do Favelado questionou em relação ao momento em que se está
191 fazendo a revisão da lei, qual seria o motivo de se fazer no final do ano uma revisão
192 como esta, pois sente que é necessário aprofundar mais o debate, tanto para o este
193 Conselho, quanto para a população que necessita de um tempo maior para a
194 maturação de algumas questões. E comentou que as mudanças na lei podem vir a
195 prejudicar e acarretar riscos de perder áreas com relação à habitação de interesse
196 social. **19)** O Presidente comentou que não serão alteradas as zonas de uso e que será
197 vetado caso chegue algum caso na Câmara, portanto não será perdida nenhuma ZEIS.
198 Mencionou também que por ter feito parte da Secretaria Municipal de Habitação,
199 propôs duas alterações a favor da habitação de interesse social, a primeira é de
200 aumentar em 20% o potencial em HIS 1 e a segunda é da cota de solidariedade como
201 um instrumento auxiliar de financiamento para a habitação de interesse social.
202 Esclareceu que o PDE estabeleceu prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que
203 pudesse haver alteração no zoneamento e que este processo se deu no início do ano
204 de 2017, tendo então três anos de discussão, sendo então pequenos ajustes que
205 entenderam como necessidade do Poder Público para melhoria de aplicação de
206 instrumentos do próprio PDE. **20)** A Sra. Eloise Torres Amado suplente do Conselho
207 Brasileiro de Construção Sustentável – CBCS comentou sobre a questão da cota
208 ambiental, pontuando que uma das grandes preocupações do CBCS é com relação a
209 determinados resultados da aplicação da cota ambiental. Mencionou que o instrumento
210 está possibilitando empreendimentos aprovarem projetos com áreas de permeabilidade
211 abaixo de o mínimo exigido devido completar com itens da cota ambiental. E
212 mencionou que acabaram de serem lançadas duas normas da ABNT que
213 regulamentam a questão do reaproveitamento quanto da redução do consumo de
214 água. Indagou ainda se existe alguma maneira de vincular a cota ambiental com essas
215 novas normas para assim garantir que o empreendimento reserve água e a reutilize
216 obedecendo a essas normas da ABNT, tendo em vista que de alguma maneira se
217 estabeleça cálculos adequados a fim de que não se coloquem reservatórios que não
218 sejam utilizados apenas em prol do ganho de pontos na cota ambiental e
219 consequentemente poder ocupar mais área construída no terreno. **21)** A Sra. Rosane
220 Cristina Gomes respondeu que em relação à cota ambiental informando que a São
221 Paulo Urbanismo recebeu uma série de questionamentos com relação a isso e que
222 conversaram com a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, e estão tentando
223 na proposta contemplar a correção desta questão, especialmente, com relação ao
224 tamanho do reservatório. Com relação à vinculação com novas normas a proposta é

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

225 bem vinda e agradeceu pela contribuição. **22)** A Sra. Mariana Ferraz Kastrup titular da
226 Viva Pacaembu leu algumas sugestões baseadas em perguntas feitas na CTLU e
227 mencionou que em relação à parte de ruídos é uma grande questão que deve ser
228 debatida melhor, entregando carta a ser juntada. (ANEXO II). **23)** O Presidente
229 comentou que se reuniu com algumas entidades de bairros e excluiu qualquer
230 possibilidade de mudança em ZER e ZCOR, retirando até algumas alterações que
231 tinham sido propostas na primeira minuta. Prosseguiu comentando que o problema de
232 incomodidade se está tendo um problema legal e técnico e ao qual precisa dar algum
233 tipo de encaminhamento e que estão sendo considerados. **24)** A Sra. Mariana Ferraz
234 Kastrup em réplica acrescentou que seria muito interessante trocar aumento do
235 gabarito pela permeabilidade. **25)** O Presidente comentou que de fato é interessante
236 à ideia e mencionou que não foi pensado em vincular pois em tese, se você diminui a
237 planta do empreendimento, a permeabilidade acontecerá naturalmente, mas que a
238 proposta é interessante e que poderia gerar uma ferramenta que garantisse o aumento
239 de permeabilidade e não só o aumento de gabarito. Agradeceu a contribuição da
240 representante. **26)** A Sra. Mariana Ferraz Kastrup pediu para fosse registrado que sua
241 participação na CTLU, como representante da associação de bairro, e que entende a
242 necessidade da revisão da lei pois acompanhou muitos entraves para o licenciamento e
243 verificou que esta minuta irá destravar estas questões. **27)** O Sr. Presidente encerra as
244 questões e agradece a participação de todos. **28)** A Sra. Danielle Cavalcanti Klintowitz,
245 titular do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - PÓLIS
246 solicitou um cronograma mais fixo para as reuniões deste Conselho. **29)** A Secretária
247 Executiva do CMPU comentou que o calendário de reuniões deste conselho para o
248 próximo ano será aprovado na última reunião deste ano, de modo que com
249 antecedência os representantes terão as datas das reuniões ordinárias e mencionou
250 que o que ocorreu foram diversas reuniões extraordinárias que precisavam ser
251 realizadas e por esse motivo foram surgindo demais reuniões. Mencionou ainda que a
252 próxima reunião ordinária como combinado na reunião passada, foi adiantada para o
253 dia 12 de dezembro. **30)** O Presidente agradeceu as colaborações e informou que dará
254 retorno sobre as contribuições feitas. **Encerramento:** não havendo mais nada a ser
255 tratado, o Sr. Presidente agradeceu a todos presentes e encerrou a reunião às
256 16h05min.

ANEXOS:

Anexo I - Carta - Leitura IAB, apresentada por Simone Gatti.

Anexo II - Carta - Leitura Viva Pacaembu, apresentada por Mariana Kastrup.

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

ÓRGÃOS MUNICIPAIS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SF;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC; SECRETARIA
MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT;

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SMTE;
SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT;
SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO
COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB;
SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO:

MACRORREGIÃO NORTE I;
MACRORREGIÃO NORTE II;
MACRORREGIÃO OESTE;
MACRORREGIÃO CENTRO;
MACRORREGIÃO LESTE 1;
MACRORREGIÃO LESTE 2;
MACRORREGIÃO SUL 1;
MACRORREGIÃO SUL 2;

SOCIEDADE CIVIL:

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO:

MACRORREGIÃO NORTE 1;
MACRORREGIÃO NORTE 2;
MACRORREGIÃO CENTRO;
MACRORREGIÃO LESTE 1;
MACRORREGIÃO LESTE 2;
MACRORREGIÃO SUL 1;
MACRORREGIÃO SUL 2;

ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES (NÃO PREENCHIDO);

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA (NÃO PREENCHIDO);

MOVIMENTOS CULTURAIS (NÃO PREENCHIDO);

ENTIDADES RELIGIOSAS (NÃO PREENCHIDO);

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES;

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH.

ÓRGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS:

SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS;

SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO

METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI – CIMBAJU;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP – CIOESTE;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ – CONDEMAT.

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

PRESIDÊNCIA

FERNANDO BARRANCOS CHUCRE
PRESIDENTE

JOSÉ AMARAL WAGNER NETO
SUPLENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

**ENTIDADES PRESENTES
ÓRGÃOS MUNICIPAIS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

MARIA FERNANDA PENHA MACHADO
SUPLENTE

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

ANA MARIA GAMBIER CAMPOS
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL

JOSÉ LUIZ AMÁDIO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

MATILDE DA COSTA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

RENATA PAULA LUCAS
SUPLENTE

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS – SIURB

DIRCE CARREGÃ BALZAN
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

ROSÉLIA MIKIE IKEDA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA – SMC

LICIA MARA ALVES DE OLIVEIRA FERREIRA
TITULAR

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO
MACRORREGIÃO OESTE**

MARIA APARECIDA MAGRINI
TITULAR



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

MOVIMENTOS DE MORADIA

CRISTIANE GOMES LIMA
SUPLENTE (1)

ANDRÉ DELFINO DA SILVA
SUPLENTE (2)

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

MARIANA FERRAZ KASTRUP
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL

JULIANA BRAGA PAVIATO
SUPLENTE (1)

SÉRGIO GARRIDO CINCURA
SUPLENTE (2)

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG'S

DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ
TITULAR

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-
AMBIENTAL**

SIMONE FERREIRA GATTI
TITULAR

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE
PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

VIVIANE MANZIONE RUBIO
TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

ELOISE TORRES AMADO
SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE TR NSITO E TRANSPORTE – CMTT

SANDRA RAMALHOSO
TITULAR

SECRETARIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO

MARIA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA
SUPLENTE



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

MARCIA RENATA ITANI
SUPLENTE